

A ÉTICA BUROCRÁTICA E O ESPÍRITO DO CARTORIALISMO: O SISTEMA CEP/CONEP E SUAS TRAMAS INQUISITORIAIS E CISMÁTICAS¹

Rosa Maria Dias de Oliveira²

Resumo: O Sistema CEP/CONEP comporta inúmeras tensões e paradoxos na regulação da ética em pesquisa. A lógica emprestada ao modelo se assemelha em muito com aquela identificada por inúmeras pesquisas desenvolvidas na Antropologia brasileira sobre a Justiça e a Burocracia do Estado Brasileiro. Suas tramas burocráticas, seu viés inquisitorial, seus meandros cartoriais fazem do sistema CEP/CONEP uma instância regulatória que encontra resistência, crítica e é, em certa medida, desvalorizado por parte da comunidade científica, em particular das Ciências Sociais e Humanas em virtude de sua ética burocrática e seu espírito cartorial. A partir de pesquisa etnográfica realizada no âmbito do CEP/Humanas da Universidade Federal Fluminense, seguindo as atividades do Curso de Extensão destinado aos estudantes e professores da Universidade com a finalidade de difundir sobre o funcionamento do sistema e da Plataforma Brasil, busco compreender uma outra dimensão presente no sistema e no interior da comunidade científica: a cisma. Diferentemente da desconfiança, que permite a transação e transição dos pontos de vista, na cisma prevalece um julgamento encapsulado que impermeabiliza a negociação das perspectivas sobre o que se avalia. Por um lado, a comunidade científica que, em boa parte, cisma que o Sistema CEP CONEP não tem serventia ou validade alguma para a governança científica da pesquisa. Por outro lado, os instrumentos, lógicas e aparatos do Sistema CEP/CONEP que reforçam o julgamento sobre os protocolos a partir de uma base cismática, ou seja, de uma suspeição generalizada e quase incontornável que culmina em fórmulas arbitrárias e repressivas de regulação da ética em pesquisa. Nesse sentido, o objetivo do trabalho consiste em analisar a relação cismática produzida e reforçada pelo espírito cartorial do sistema CEP CONEP, partindo de dados etnográficos coletados em pesquisa desenvolvida no NUFEP/UFF e no INCT/InEAC.

Palavras-chave: Cisma; Inquisitorialidade; Cartorialismo; Ética em Pesquisa; Plataforma Brasil.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 23 e 26 de julho de 2024, Belo Horizonte/MG

² Licencianda em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense, orientada pelo Professor Doutor Fabio Reis Mota. contato: rosadias@id.uff.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de um projeto de extensão feito por mim durante a graduação em Ciências Sociais, foi a primeira vez que tive contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense. O projeto, à princípio, era entender o funcionamento do CEP Humanas e compreender a relação entre o CEP e os Pesquisadores que buscavam o Comitê através de emails, logo, foi percebido por mim o distanciamento existente entre o sistema CEP/CONEP (Comitê de Ética em Pesquisa / Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) e os pesquisadores, essa relação com o CEP corrobora com a noção burocrática que permeia os processos de pesquisa, do mesmo modo que, na maioria das vezes, se faz necessário para o desenvolvimento de pesquisas e a partir disso, surgem inúmeros questionamentos que por sua vez tomam um lugar cismático nessa relação que mais adiante detalharei.

A regulação da ética em pesquisa é feita desde 1996 com a criação da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), essa regulação é feita via Plataforma Brasil pelos CEPs (Comitês de Ética em Pesquisa). Inicialmente as pesquisas científicas que estavam presentes nessa regulação eram em sua maioria vindas das Ciências Naturais, até porque a vinculação da CONEP com o CNS (Conselho Nacional de Saúde) era um dos principais criadores de controvérsias entre as pesquisas em Ciências Humanas, exatamente pelo ato de desconsideração (Falcão, 2018). Para compreender os dilemas presentes no sistema CEP/CONEP, principalmente se tratando de pesquisas nas áreas das ciências humanas, é preciso ter em mente a existência da inquisitorialidade em todo esse processo, visto que através dela se impõe a necessidade de uma igualdade aos agentes, neste caso sendo os agentes pesquisadores e os CEPs, igualdade essa que por sua vez não pode ser completa pela existência da subjetividade dos casos.

Desde a criação desse sistema há uma exigência de diferentes instituições para que ocorra a submissão das pesquisas que envolvem seres humanos ao comitê de ética e o ato de desconsideração, conceito trabalhado principalmente por Cardoso de Oliveira e utilizado de forma enfática nos trabalhos sobre os comitês de ética em pesquisa feitos por Hully Guedes Falcão, doutora em Antropologia pelo PPGA-UFF e atualmente pesquisadora de pós-doutorado no Laboratório de Comunicação e Saúde e no Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde (ICICT/FIOCRUZ), explicita a cisma existente nessas relações. Apesar disso o olhar do CEP Humanas (Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística da Universidade Federal Fluminense)

se mostra positivo com relação ao crescimento das submissões de pesquisa nessas áreas, seja pela necessidade de submissão com pesquisas nos meios educacionais por exemplo, ou pelo pedido de agências de fomento, periódicos, eventos e etc, como descreve Marcos Marques de Oliveira, atual coordenador do CEP Humanas da UFF. É perceptível uma insistente tentativa dos integrantes do CEP Humanas de diluir a burocracia que se apresenta ao longo de todo esse procedimento de submissão de projetos, não para ir contra o sistema em si, mas para que esses sujeitos que se veem acudados pela cisma possam se fazer mais próximos do CEP compreendendo que esse mecanismo ajuda não só a proteger os participantes da pesquisa (interlocutores) como também os próprios pesquisadores.

Sobre os aspectos éticos que englobam as pesquisas em seres humanos, algumas diretrizes básicas são imprescindíveis no processo de submissão, são eles o respeito aos indivíduos em sua dignidade, respeito da sua autonomia e defesa de sua vulnerabilidade através do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e do Termo de Assentimento Livre Esclarecido (TALE); o pesquisador deve se comprometer-se com o máximo de benefício aos indivíduos da pesquisa assim como com a diminuição potencial dos riscos da mesma; garantir que os danos previstos possam ser evitados e garantir a relevância social da pesquisa concomitantemente com os benefícios aos indivíduos assegurando a igualdade na consideração dos interesses (Diretrizes, 2013). Dessa maneira, entende-se que a regulação da ética em pesquisa tem sua importância visando o bem estar dos indivíduos que compõem a pesquisa como também os pesquisadores responsáveis pela mesma minimizando os riscos e mantendo essa igualdade respaldada por ela fazendo com que não haja tensões entre as relações estabelecidas.

TRAMAS INQUISITORIAIS E CISMÁTICAS

No quadro das relações cismadas não há lugar para a produção de um consenso sobre o julgamento a respeito da conduta alheia, já que as certezas orientam o julgamento de quem se encontra no topo da interação – e não necessariamente no topo da pirâmide social (...) –, e produz uma sentença unilateral acerca do que a pessoa é ou sobre o que a pessoa fez (ou mesmo faria). (Mota, 2018, p.129).

A regulação da ética exercida pela presença do sistema CEP/CONEP ocorre através da legitimidade adquirida no processo de avaliação das pesquisas submetidas onde o sistema

CEP/CONEP atua na mediação dos possíveis conflitos, portanto, se colocando acima destes juntamente aos processos burocráticos da Plataforma Brasil. É nesse momento que se apresenta a inquisitorialidade, onde esse mecanismo de vigilância contrapõe-se na relação entre os desiguais (Lima, 1992), a cisma então se revela nesse processo de desconsideração e burocratização absorvidas pelos pesquisadores.

A controvérsia científica se coloca à frente das discussões do sistema cep/conep fazendo com que as singularidades das pesquisas científicas das ciências humanas e sociais se façam presentes como parte da produção científica tanto quanto as áreas de exatas e biológicas. O problema é que mesmo fazendo parte deste sistema e lutando pela sua consideração, ainda há exigências que partem de uma lógica naturalista no processo burocrático de submissão. Como comprovar então, segundo essa lógica, as pesquisas qualitativas das áreas de ciências humanas? A cisma provém também deste cenário, onde o controle social presente no sistema de submissões não se mostra aos pesquisadores de forma clara o que propicia a exclusão dos desiguais, no caso, demonstrando a inquisitorialidade presente nesse sistema. Essa cisma se caracteriza pelo medo que advém do poder inquisitório onde se pode ser punido, ou seja, acusado de não fazer um trabalho que esteja nos padrões da ética burocrática do sistema de submissão e não ser legitimado como um cientista que faça um trabalho qualificado por não passar pelo comitê.

Analisando a relação do cep com os pesquisadores por aproximadamente dois anos de pesquisa no Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa (NUFEP) da Universidade Federal Fluminense, algumas questões saltam os olhos, como por exemplo, a busca por informações se faz presente até certo ponto e a resistência quanto à plataforma brasil se determina por uma cisma, pré concebida socialmente, com os processos burocráticos que são estabelecidos pelo fantasma da inquisitorialidade .

A idealização de um novo dispositivo que pudesse trazer maiores informações sobre as submissões de trabalhos ao CEP Humanas e assim poder minimizar a burocracia que permeia principalmente o uso da Plataforma Brasil, surgiu com a criação de um instagram que pudesse sintetizar questões e sanar alguns dos maiores questionamentos que surgiam via email de forma rápida e clara por meio de vídeos e postagens que disseminasse informações importantes podendo agilizar o processo de dúvidas e instrução sobre o CEP Humanas. Essa era a junção do útil ao agradável no projeto, pois com a demanda de dúvidas que chegavam ao email do cep os processos de submissão sofriam uma ameaça de atraso pela pequena mão de obra existente. Com o começo das divulgações um outro projeto se iniciou, também trabalhando em cima dessa primeira problemática, que era a busca de maiores informações sobre cep, as rodas de

conversa “É conversando que a gente se entende”, um projeto criado pela Professora e atual coordenadora adjunta do CEP Humanas, Helena Pereira, em conjunto com a PROEX (Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense).

As rodas de conversa, ainda existentes após um ano do projeto ser implementado, tem a presença de diversos pesquisadores e atuantes do sistema CEP/CONEP pertencente não apenas à UFF, mas de outras universidades espalhadas pelo Brasil e que buscam compreender o funcionamento dos CEPs e da Plataforma Brasil. Vale ressaltar que mesmo tendo as vagas quase sempre preenchidas totalmente desde sua origem, as rodas buscam difundir informações e implementar um diálogo aberto com os pesquisadores aproximando essa relação que se encontra distanciada exatamente pela lógica cartorial existente na burocracia imposta pela submissão dos projetos mediante à Plataforma.

Contudo, mesmo com todo o esforço do CEP Humanas de diminuir esse distanciamento, a busca de informações se dá apenas no primeiro momento, pois a resistência que existe na utilização da Plataforma Brasil não permite que a burocratização do sistema seja realmente diluída. Em uma das rodas, um pesquisador demonstrou interesse em entender as subjetividades que as Ciências Humanas implicam no preenchimento do cadastro dos projetos via Plataforma Brasil, mesmo assim, em sua fala ele se declara altamente resistente à Plataforma Brasil, porém não resistente à ética na pesquisa, pois para ele esse é o essencial. Acontece que para poder preservar a unidade estabelecida para as submissões na ética imposta às pesquisas de ciências humanas e sociais é preciso que a plataforma brasil exista como uma ponte entre o sistema e os ceps que as recebem.

Existe uma mística que se estabelece nessa resistência, como à priori a ética para pesquisas feitas em seres humanos era perpassada pelo prisma das ciências naturais, essa resistência aparece de forma cismática visto que os pesquisadores entendem o processo burocrático do sistema como uma forma de exclusão e deslegitimação das ciências humanas. Quando o diálogo com os pesquisadores é construído, de início eles ficam “felizinhos” em ter um devido esclarecimento sobre os processos burocráticos embutidos na submissão via Plataforma Brasil, mas depois vão murchando (como relatado por um pesquisador em uma das rodas de conversa) vendo como a cartorialidade embutida no processo de submissão mediante a Plataforma Brasil não abarca as subjetividades das ciências humanas e sociais de forma clara, algumas caixas se fecham dependendo das respostas colocadas no sistema, porém não é algo orgânico como também não é notado com facilidade por eles, o que sustenta a cisma já existente com os processos burocráticos e se mescla com a cisma do não ser pertencente a esse tipo de burocracia.

DILUIÇÃO DA BUROCRACIA

“Quando a gente fala de proteção aos participantes da pesquisa, é de nós também, pesquisadores, porque a gente está dialogando e encontrando caminhos conjuntos” (Marcos Marques de Oliveira, roda de conversa com o CEP Humanas). Essa afirmação do Professor Marcos reflete exatamente o trabalho feito pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística na perspectiva da diluição da burocracia imposta pela Plataforma Brasil e da aproximação do CEP com os pesquisadores.

No cisma, o gerenciamento das identidades dos sujeitos é estabelecido de forma unilateral, nesse caso essa relação unilateral se dá pelo sistema burocrático, pela tradição inquisitorial imposta pelo Estado. Já o sistema CEP/CONEP trabalhando como unificação dos padrões de pesquisa científica consolidam essa relação de “um fala o outro escuta” (Mota, 2018), no caso, mesmo que essas especificações do sistema não estejam pautadas na lei, há um padrão a ser seguido que acaba por disseminar a cisma dos pesquisadores das áreas de ciências humanas e sociais.

Existe uma predisposição do CEP para que os pesquisadores sejam acolhidos e instruídos de forma correta, para que as informações sobre o processo de submissão sejam o mais claras possíveis esmiuçando esse processo burocratizado e principalmente para que essa relação cismática possa ser amenizada. Entretanto, exatamente pelo estabelecimento de mecanismos que diminuam as tensões dessa relação cismática é que ela se reforça.

(...)no cisma as identidades são gerenciadas unilateralmente pelo detentor do monopólio de definir as referências da interação unilateral, na qual um fala e outro escuta.

Nessa direção, o funcionamento dos princípios da geometria variável da dignidade e do reconhecimento ganha enorme potência para o delineamento das sensibilidades sobre o justo e o adequado. (Mota, 2018, p. 136)

A possibilidade de convencimento dos sujeitos cismados independe das estratégias aplicadas pelos agentes desse cisma, de modo que, reforça-se essa relação cismática cada vez mais ao tentar desfazê-la, pois não existe um juízo de valor por trás do cisma, existe apenas a opinião do sujeito cismado que sobrepõe as ações do outro, neste caso, do CEP. Ou seja, o movimento que se faz contrário ao cisma, dá mais munição para que ela exista, simultaneamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho explorou as tramas decorrentes da relação entre os Comitês de Ética em Pesquisa e os pesquisadores das áreas de Ciências Humanas e Humanidades, trazendo a perspectiva cismática que por estar em destaque na burocracia se faz presente também nessa relação CEP-Pesquisador através da inquisitorialidade, com o objetivo de compreender melhor as nuances dessa relação cismática e quais seus desdobramentos práticos e cotidianos. Após participar das rodas de conversa “É conversando que a gente se entende” do CEP Humanas da UFF e estar trabalhando diretamente no recebimento dos emails do CEP pelo primeiro ano de pesquisa, foi analisado a presença dos sujeitos cismados no papel de pesquisador e o reforço dessa cisma através da burocratização do sistema CEP/CONEP.

Um dos pontos mais significativos da pesquisa foi perceber como a tentativa de diluição da burocracia corrobora com o cisma dos pesquisadores, ou seja, é pela exemplificação dos processos burocráticos e pelo detalhamento dos documentos que precisam ser apresentados e devidamente preenchidos para a submissão que os pesquisadores “murcham” ao legitimar a burocratização do sistema e elucidar a relação cismática existente.

Apesar disso, durante o curso deste estudo, também foi identificada a predisposição do CEP Humanas de disseminar o máximo de informações sobre as submissões de pesquisa na busca de diluir essa lógica inquisitorial a qual a Plataforma Brasil está enquadrada. Estas questões abrem espaço para futuras investigações, particularmente no que diz respeito ao controle de ética nas pesquisas em Ciências Humanas e na compreensão de relações cismáticas e como elas podem ser amenizadas. Sendo assim, este trabalho contribui para a compreensão das tramas inquisitoriais e cismáticas que rodeiam o sistema CEP/CONEP ao demonstrar como elas são percebidas pelos sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **Espaço Social e Poder Simbólico**, 2008.

_____. **Lições da Aula**, 1982.

Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, v. 17, p. 33–41, maio de 2003.

FALCÃO, Hully Guedes. **Dilemas de reconhecimento na ciência: mobilizações frente ao negacionismo científico**, 2020.

_____. **TESE: “Burocracia da Ética”: uma análise antropológica sobre a regulação da prática da pesquisa científica no Brasil**, 2018.

FOUCAULT, Michel. “Corpos dóceis”. In: **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**, 1975.

_____. **As Características das Instituições Totais**, itens I e II, 1987.

LIMA, Roberto Kant de. **Tradição Inquisitorial no Brasil, da Colônia à República: Da Devassa ao Inquérito Policial**, 1992.

_____. **A antropologia da academia quando os índios somos nós**. Niterói: Eduff, 2011.

MEDEIROS, Flávia. **"Matar o Morto": uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro**, 2016.

MIRANDA, Ana Paula. **Antropologia e Direito: Temas antropológicos para estudos jurídicos**, 2012.

MOTA, Fabio Reis. **Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte? Demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França**. 01. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____. Do indivíduo blasé aos sujeitos cismados: reflexões antropológicas sobre as políticas de reconhecimento na contemporaneidade. **Revista Antropolítica**, n. 44, Niterói, p.124-148, 1. sem. 2018